

## Enfrentamentos da violência – Brasil e Moçambique

mara selaibe\*

Este texto partiu da comunicação feita por ocasião da comemoração de aniversário de 20 anos do Núcleo de Estudos de História Oral, da Universidade de São Paulo (NEHO/USP). Teve como referência o trabalho desenvolvido numa região de Moçambique, no período mais recente de seu pós guerra de independência, pelo Professor Dr. Boia Efraime Júnior e sua equipe, na ONG ARES – Associação Reconstruindo a Esperança. Essa organização associativa, entre outras atividades desenvolvidas, presta assistência por meio de projetos psico-sociais a ex-crianças soldados (foram computadas 30 mil ex-crianças soldados, entre 1975 e 1992). Nascida em 1996, ela deriva do trabalho realizado nos idos de 1994 na Associação Moçambicana de Saúde Pública.

O que encontramos relatado pelo Professor Boia Efraime – e relativo ao período da guerra – são práticas de submissão do povo de Moçambique ao regime do terror, exercidas pelas duas forças locais envolvidas no conflito. Práticas que atingiram toda população do seu país, dilacerando a infância e a juventude de modo especialmente violento, conforme pode ser lido em seu texto, o qual se apresenta ao leitor feito um depoimento.

A iniciativa do NEHO em colocar para discussão esse trabalho realizado em Moçambique merece ser parabenizada; ela opera como um indicativo do compromisso desse Núcleo com as atividades de pesquisa e difusão do saber resguardando, por princípio, o caráter democrático e participativo necessário entre a universidade e a comunidade. O reconhecimento público deste percurso do NEHO tem um papel muito importante tanto para a Universidade local quanto para a vida acadêmica além dos seus limites. E esta comunicação quer abordar, justamente, a importância do gesto de reconhecimento.

\*Mara Selaibe é psicanalista, membro, do Departamento de Psicanálise do Instituto *Sedes Sapientiae* (desde 1993). Pesquisadora do *Diversitas* – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos, da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica (2001, PUC/SP) e mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica (1987, PUC/SP). Autora do livro *Ensaio clínico sobre o sentido* (2003, EDUSP/ Casa do Psicólogo) e de artigos publicados.

O Brasil, diferentemente de Moçambique, não tem participado de guerras declaradas; o Brasil está envolvido em uma espécie de guerra civil perpétua, oficialmente não reconhecida como tal, espalhada por todo território nacional. Conforme dados divulgados recentemente<sup>1</sup>, o Brasil está entre os cem países mais violentos do mundo, caracterizado por um tipo de cultura da violência presente entre nós desde a colonização – tal como ocorre em outros países da América Latina<sup>2</sup>. Segundo a OMS<sup>3</sup>, ocupamos o 6º. lugar no mundo, no *ranking* da violência, com uma taxa de 26,2 homicídios por 100 mil habitantes. O próprio realizador do Mapa da Violência afirma<sup>4</sup> que esse dado revela, por exemplo, que em 30 anos foram mortas no Brasil tantas pessoas como se a população de uma cidade inteira de grande porte fosse atingida por uma bomba atômica. Outro estudo, realizado pela Secretaria da Convenção de Genebra<sup>5</sup>, analisou conflitos armados no mundo, durante o período de 2004 a 2007 e concluiu ter havido, no total, em torno de 200 mil mortes em conflito direto. Ainda conforme Julio Weiselfisz, no Brasil matou-se por volta de pouco mais de 190 mil pessoas no mesmo período sem a presença explícita de conflito religioso, conflito étnico, conflito de fronteira, conflito armado... Ou seja, ilustra Weiselfisz, matamos mais pessoas do que muitos conflitos armados no mundo, tais como a Intifada e a Guerra do Iraque.

Entre as vítimas constantes dessa guerra, cuja resultante é a morte e a traumatização, encontramos crianças e também jovens entre 15 e 24 anos. Crianças e jovens abandonados pelas ruas, escravizados pelo trabalho ilegal, prostituídos e vítimas de doenças sexualmente transmissíveis, viciados em *crack*, cola, maconha, álcool e jogados à própria sorte; crianças e jovens envolvidos na guerra entre bandidos do tráfico, sem o amparo necessário e sem escolarização; portanto, crianças e jovens com seus futuros degolados pelo destino funesto já tão conhecido dentro dessa roda-viva. E são crianças e

---

<sup>1</sup> Cf. Julio J. Waiselfisz, *Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*, Instituto Sangari, São Paulo, 2012. <http://www.mapadaviolencia.org.br>

<sup>2</sup> Cf. Julio J. Waiselfisz, *Mapa da Violência: os jovens da América Latina 2008*, Instituto Sangari, São Paulo. [http://www.sangari.com/view.cfm?cod=44&cod\\_pu](http://www.sangari.com/view.cfm?cod=44&cod_pu)

<sup>3</sup> Cf. OMS, 2002, *Relatório mundial sobre violência e saúde*. <http://www.opas.org.br/cedoc/hpp/ml03/0329.pdf>

<sup>4</sup> Julio J. Waiselfisz, entrevista coletiva no link <http://www.sangari.com/mapadaviolencia/>

<sup>5</sup> Cf. Secretaria da Convenção de Genebra, 2008. *Global Burden of Armed Violence (GBAV)*. <http://www.genevadeclaration.org/fileadmin/docs/Global-Burden-of-Armed-Violence-full-report.pdf>

jovens as quais, na maioria dos casos, agregam concomitantemente tais condições nefastas. No Brasil vive-se mais ou menos silenciosamente um constante pós guerra sem o final da guerra real e concreta jamais declarada.

Entre os anos 20 e 30 do século passado, Sigmund Freud<sup>6</sup> enunciou a existência de uma força inapelável de separação, de desagregação, de ruptura e inclusive de violência, constitutiva do humano, chamada pulsão de morte ou pulsão de destruição. Ela compõe um dualismo fundamental com as forças de união, de agregação, chamadas pulsões de vida. Considerando a questão das motivações humanas para a guerra e a destruição do outro, Freud afirma que não há como impedir a presença dessas forças desagregadoras – e que, aliás, elas são mesmo indispensáveis para os movimentos da vida do sujeito e da comunidade. Contudo, é preciso cuidar para que elas não tomem as rédeas do psiquismo (seja individual seja coletivo) arrastando-o à mera destrutividade. Vale, pois, perguntar: como restringir, como administrar, como não abdicar de agir contrariamente a essa economia da destruição quando ela se instala?

E o pioneiro entre os psicanalistas nos esclarece: para lidar com a destrutividade constitutiva do humano temos de apostar na criação de vínculos identificatórios entre as pessoas, entre os grupos, entre as comunidades, entre as nações. É preciso efetivamente nos reconhecer no outro e efetivamente reconhecer o outro em nós; é necessário reconhecermos a diferença e o valor da diferença no outro e em nós; contudo é *sine qua non*, termos sido reconhecidos e acolhidos em nosso desamparo primordial pelo outro, um outro que nos olhou desde o princípio como um humano. Ser reconhecido como um humano desde o princípio de uma vida; ser considerado um entre os outros humanos durante a vida, ser lembrado como um humano após a morte.

A criação de laços é a base da saúde psíquica individual e coletiva; ela sustenta a barreira que cada um de nós precisa instituir ao longo da primeira infância para renunciar à direta e livre satisfação de nossos impulsos destrutivos e amorosos sobre os outros. Não podemos simplesmente, a fim de nos protegermos desses impulsos contra

---

<sup>6</sup> Sigmund Freud, (1920 [1921]) “Psicología de las masas y analisis del yo” in *Obras Completas de Sigmund Freud*, tomo III; trad. Luis Lopes-Balesteros y de Torres. Editorial Biblioteca Nueva, Madrid, 1973. E também Sigmund Freud, (1930) “O mal-estar na civilização” in *Obras Completas*, volume 18 (1930-1936); tradução Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

nós mesmo, a fim de atingirmos livremente o prazer pela descarga de uma força ligada a fantasias sádicas, usar o outro como objeto.

Em meados de 1960, após o Golpe Militar brasileiro, o psicanalista brasileiro Hélio Pellegrino participou de um Congresso Internacional de Psicanálise na Cidade de Santiago do Chile. Nessa oportunidade ele apresentou uma tese com enorme repercussão. Sua hipótese faz sentido também hoje, mais de 40 anos depois. Trata-se do texto *Pacto edípico pacto social*<sup>7</sup>. Não seria indicado resumi-lo neste texto. Em poucas linhas, o mais relevante para a problemática aqui instalada é a questão da sociopatia do Estado: quando sob qualquer condição o Estado – que é, em princípio, a instituição destinada a regular as relações entre as instituições e entre os cidadãos, de modo a protegê-los através de um pacto social inclusivo – quando o Estado se volta contra suas instituições e contra seus cidadãos, rompendo esse pacto, tornando-se exclusivo, impedindo seus membros de viverem em condições humanas, com liberdade de expressão e de movimento, quando o Estado não cumpre sua parte decisiva na regulação da proteção, da oferta de trabalho, educação e saúde em decorrência da perversão de sua missão enquanto Estado, ele, nesse instante, faz eclodir o pior de todos os cidadãos, por criar as condições de ruptura do pacto edípico. O que seriam o pacto edípico e o pacto social?

O pacto edípico é a instauração da passagem do estado da natureza para o estado de cultura/ estado civilizatório: ele se dá pela assunção de uma lei primordial para nos tornarmos pertencentes à civilização: não podemos satisfazer direta e livremente nossos desejos primários incestuosos e parricidas. Interiorizarmos essa lei primordial e nos sentimos reconhecidos como humanos integrantes de uma comunidade. Essa assunção da lei primordial será feita por temor (à perda de amor e proteção) e por amor (àqueles que nos protegem e nos amam)! A lei que regula nossos impulsos desejantes se tornará, mais tarde em nosso desenvolvimento subjetivo, o nosso desejo de que a lei se cumpra, de que ela nos regule geração após geração. Essa lei fará de nós sujeitos desejantes – uma vez que nossa economia libidinal poderá ser articulada dentro da sociedade à qual pertencemos e na qual somos reconhecidos por reconhecê-la. Essa é a Lei de Édipo – lei organizadora do universo intrapsíquico e do processo civilizatório.

---

<sup>7</sup> Hélio Pellegrino. “Pacto edípico e pacto social”. In Py, L. A. (org) *Grupo sobre grupo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

Esse pacto edípico implica ganho dos dois lados envolvidos. Escreve Pellegrino: “Num pacto, sob a égide da concórdia, ganham os dois lados. No Édipo, com o acordo, ganha a sociedade, representada pelo pai e pela família, e tem que ganhar a criança. (...) Em troca da renúncia que lhe é exigida, tem o direito de receber nome, filiação, lugar na estrutura de parentesco, acesso à ordem do simbólico, além de tudo mais que lhe permita desenvolver-se e sobreviver – vivendo. (...) Com isso, ela ama e respeita o pacto que fez e, nessa medida, fica preparada para identificar-se com os ideais e valores da cultura à qual pertence.” (p. 200).

A mesma concomitância deve ser a tônica do segundo pacto: o pacto social. Nele o sujeito reafirma e confirma, pelo direito ao trabalho (e, podemos acrescentar: por direito à educação e à segurança física e psíquica) sua aceitação das regras e leis da sociedade que o acolhe, aceita a ordem simbólica que o constitui e o une aos demais. Mesmo a contestação e a alteração dessas leis e dessa ordem precisam respeitar a Lei Primordial que impede que a violência seja exercida sem limites sobre o corpo do *socius*.

Se é fato que a má integração da interdição do incesto e do parricídio pode resultar em condutas individuais ou familiares de cunho anti-social, é bem verdade que, nas palavras de Pellegrino, “uma patologia social pode também ameaçar – ou mesmo quebrar – o pacto com a Lei do Pai.”

No Brasil, os problemas crônicos parecem ser menos doídos do que numa guerra e num pós guerra declarados porque numa tal circunstância toda a população é ameaçada em seus direitos básicos. Mas não é verdade que seja menos grave quando a guerra se passa atingindo parte – a parte pobre, como se sabe! – do país. Podemos considerar o que seja um trabalho de reconstrução da esperança para quem já nasce sob a desconfiança de que o direito à esperança também lhe foi confiscado.

O professor Boia Efraime relata em detalhes o que se passa com as crianças, os jovens e os adultos que foram traídos pela sociopatia do poder do Estado pervertido em agente de destruição. As forças em guerra transgrediram o pacto social e isso rompeu com a lei primordial: obrigaram à quebra dos tabus submetendo crianças a executarem seus pais, submetendo irmãos a matarem irmãos, obrigaram à ruptura dos laços familiares, comunitários e sociais e estraçalharam com o universo da fantasia infantil subjugando crianças e jovens púberes a exercer a violência enquanto eram violentados. Tudo invertido diante dos valores daquela sociedade instituinte e instituída há gerações.

O trabalho levado à frente em Moçambique pela equipe da ARES parece caminhar pelos trilhos da retomada da tessitura desses laços dilacerados. Essa retomada criou passagem pelas tradições, pelos pedaços e trapos do que sobrou do tecido rasgado. A rota só poderia ser essa: retomar o pacto social, ainda que muito vagorosamente, muito pontualmente, por vezes muito singelamente para poder restituir valor ao pacto edípico e refazer com cada sujeito a retomada de sua concordância com os valores que haviam sido aviltados e desautorizados.

A criação de condições de escuta dirigida para a construção de um espaço simbólico no qual o imaginário daquela sociedade moçambicana pudesse operar sua potência de cura, ou, ao menos, sua potência de criação de algum sentido diante daquilo que fora vivido subjetiva e coletivamente sem qualquer sentido, foi o principal vetor da reconstrução. As vítimas passivizadas, objetalizadas, puderam falar e foram escutadas, suas dores não foram negadas e, ao serem ouvidas, passaram a ser testemunhas ativas do processo ocorrido com todos. Os mais velhos, os que detinham lugar distintivo na rede de sociabilidade foram repostos a esses lugares pelo reconhecimento de todos os envolvidos.

O reconhecimento por participarmos do projeto coletivo, do projeto social, do projeto civilizatório, por oferecermos algo com o que os semelhantes se agradam, com o que nos torna identificáveis por pertencimento ao grupo é que pode nos ajudar a ultrapassar relativamente um trauma tão avassalador. O trauma é avassalador porque obriga o sujeito psíquico a um desmanchamento das referências que o sustentam como tal e o impedem de lidar com o que lhe acontece elaborando suas experiências. Ou seja: o trauma é aquilo que nos impede de subjetivar, nos reduz a coisas e nos desumaniza naquilo que nos diz respeito.

Um trauma dessa monta que desfaz o tecido psíquico em sua base e desfaz a rede de sustentação de um país, de um povo, produz conseqüências por gerações. Há um nível individual que nunca pode ser alijado, separado, do nível social: pais assombrados pelo trauma, ainda que em processo de elaboração do que é possível elaborar, são pais que transmitem inconscientemente a seus filhos parte daquilo que se tornou impensável a eles mesmos. E seus filhos – por vezes isso implica numa geração inteira ou até mesmo duas – têm de se haver com os restos traumatogênicos herdados.

É o que podemos perceber quando lidamos com as gerações dos filhos dos perseguidos e mortos pelo Estado no Brasil, na Argentina, no Chile, por exemplo; o que podemos ler a propósito das seqüelas nas gerações de bósnios, sérvios e croatas, nas gerações de judeus e de alemães e de japoneses no pós Segunda Guerra. Na história das gerações descendentes de escravos e também dos descendentes das tribos dos povos originários dizimados aqui no Brasil. E na vida atual das nossas crianças e jovens submetidos aos traumas da vida contemporânea brasileira, especialmente em relação ao que se passa com a infância e a juventude “seqüestrada” pelo tráfico. É *mister* levar em conta o tempo de elaboração geracional quando uma sociedade é atingida.

Neste ponto encontramos uma indagação frente a todo processo de reconstrução em Moçambique: há características infanto-juvenis singulares presentes, hoje, nas gerações que sucederam as daquelas crianças e jovens? Quais são as dificuldades de convívio presentes para aqueles meninos que foram obrigados a se inserirem como soldados e milícias bem como para aquelas meninas obrigadas a uma vida sexual promíscua não desejada e também a se tornarem esposas de seus algozes naquela guerra? Ou seja: como buscar entender a especificidade na dinâmica da vida das gerações mais novas de Moçambique por meio dos traços e rastros deixados sobre elas pelas experiências de seus pais e de seu país?

Essa é uma tarefa que ainda temos de enfrentar quando nos debruçamos sobre a vida das nossas crianças e jovens em cada região específica do Brasil. Por exemplo, considerando o Mapa da Violência constatamos um número acima de qualquer média mundial de suicídios entre jovens indígenas e um número significativamente maior de homicídios entre jovens de origem negra. São feixes de acontecimentos delicados e importantes implicados no futuro dessas nações. E então, como escolheremos enfrentar essa situação do ponto de vista do pacto social?